



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ**  
**CONTROLE INTERNO**  
**34.593.541/0001-92**



EMENTA: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DOS CONTRATOS Nº 20209015; 20209016 E 20209022 PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 31.12.2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ E A EMPRESA A. L. DE OLIVEIRA.

Primeiro Aditamento correspondente aos Contratos Nº 20209015; 20209016 e 20209022, firmado entre a **Prefeitura Municipal de Uruará** e a Empresa **A. L. DE OLIVEIRA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº 23.395.972/0001-28, fundamentado na cláusula NONA do referido contrato nos limites permitidos conforme art. 57, II da Lei 8.666/93 e alterações.

### **DOS FATOS:**

Ocorre que, aos 13 dias do mês de Outubro de 2020 chegou a este Departamento de Controle Interno, solicitação de análise, para emissão de parecer ao **1º Termo Aditivo dos Contratos Nº 20209015; 20209016 e 20209022**, proveniente do processo de licitação **Pregão Presencial nº 9/2019-00022**, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço com instalação e manutenção de centrais de alarmes e Equipamentos de Monitoramento eletrônico de 24hs acompanhados de rondas motorizadas**.

O objetivo dos Termos Aditivos é a prorrogação do prazo de vigência dos Contratos, fazendo com que os mesmos se estendam até **31 de Dezembro de 2020**, permanecendo inalteradas as demais cláusulas dos Contratos a que se refere os presentes Termos Aditivos enquanto ocorrer novo certame licitatório.

Conforme Justificativa, os aditivos se fazem necessários por tratar-se de serviços contínuos, sendo imprescindível a continuidade dos serviços de manutenção e monitoramento 24hs a fim de complementar a vigilância convencional na defesa do Patrimônio Público. Ressaltando que o sistema já encontra-se instalado e em funcionamento, e a não continuidade traria prejuízo a administração pública.

### **FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO:**

I. Consta nos autos que os Gestores dos Fundos intencionam realizar o 1º Termo Aditivo aos Contratos Nº 20209015; 20209016 e 20209022; conforme solicitação mediante memorando SMMA/PMU nº 0128/2020; memorando FMS/PMU nº 234/2020 e memorando FMAS/PMU nº 0180/2020 anexo as fls. 292 a 294 do processo, assinados digitalmente pelos Gestores.

II. O pedido veio acompanhado da Justificativa para a prorrogação do prazo da vigência dos contratos nos documentos de solicitação dos aditivos; fls. 292 a 294.

III. Consta no processo o parecer jurídico emitido acerca da legalidade dos termos aditivos em questão, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, VI; fls. 308 a 309.



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ**  
**CONTROLE INTERNO**  
**34.593.541/0001-92**



**IV.** Foi anexado os Termos Aditivos dos Contratos Nº 20209015, 20209016 e 20209022 às fls. 310 a 316.

**V.** Conta nos autos as Publicações dos extratos dos Termos Aditivos dos Contratos em questão, anexo as fls. 317 a 319.

**VI.** Não Consta no processo o relatório de fiscalização e acompanhamento do Fiscal de contrato, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93 de Licitações e Contratos; fls. 456 a 459.

**PARECER**

Sob o ponto de vista técnico, a justificativa apresentada pelos Gestores não deixa dúvidas sobre a necessidade dos aditamentos. Portanto não há objeção do Controle Interno para que os Termos Aditivos tenham sido realizados, haja vista que foram cumpridas as determinações vigentes.

Face ao exposto, e, ainda considerando a legalidade através do parecer jurídico anexo no processo, opinamos pela regularidade do Primeiro Termo Aditivo dos Contratos nº 20209015; 20209016 e 20209022.

É imperioso ressaltar que as informações acostadas aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade do responsável pela contratação, que acreditamos ter competência técnica para tal.

Recomenda-se que após a contratação seja encaminhada uma cópia do Contrato ao Fiscal de Contratos para acompanhamentos e Fiscalização dos Termos Contratuais, conforme Art. 67 da Lei de Licitações e Contratos

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

Uruará-Pará, em 13 de Outubro de 2.020.

KATIANE GANZER KOHNLEIN  
*Controladora Interna*  
Decreto Municipal Nº047/2019